

## A REFERENCIAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO ARGUMENTATIVA NO DISCURSO POLÍTICO BRASILEIRO

Liane Filomena MULLER (FACCAT)<sup>1</sup>  
Vera Lúcia WINTER (FACCAT)<sup>2</sup>

**RESUMO:** Entre os processos lexicais coesivos existem mecanismos, como os rótulos, que, ao retomar uma extensão do discurso ou um objeto-de-discurso, constituem-se em estágios de um argumento que vai se construindo através deles, e que devem ser observados para a perfeita compreensão do ponto aonde o enunciador nos pretende levar. O reconhecimento dessas estruturas no texto pode ser uma eficiente estratégia de leitura a ser cultivada no ensino escolar. Em vista disso, propomos uma intervenção pedagógica que visa a averiguar o funcionamento desses mecanismos no discurso político brasileiro da atualidade, evidenciando também as características desse gênero.

**Palavras-chave:** Rótulo. Argumentação. Gênero. Ensino. Discurso Político.

**ABSTRACT:** Among cohesive lexical processes there are some mechanisms, such as labels, that, in retaking an extension of discourse or a discourse object, constitute themselves in stages of an argument that builds itself through them. These stages should be observed to lead to the perfect comprehension of the point the enunciator intends to take us to. The recognition of these structures in the text can be an effective reading strategy to be cultivated in school teaching. Having this in mind, we propose a pedagogic intervention that aims at investigating the operation of these mechanisms in current Brazilian political discourse, making also evident the characteristics of this genre.

**Key-words:** Labels. Argumentation. Genre. Teaching. Political discourse.

Capacitar o aluno a interpretar o texto, um dos objetivos básicos do ensino da língua, obriga-nos a observar determinados mecanismos através dos quais o mundo é representado no discurso, ainda que essa representação não seja simétrica à realidade. Desse modo, representamos o mundo através de elementos construídos no interior do discurso e designados pelos itens lexicais, num processo denominado de *referenciação*, construção que é fruto da relação do indivíduo com a realidade, o que caracteriza, segundo KOCH (2002) os referentes textuais como **objetos-de-discurso** e não **objetos-do-mundo**.

Em vista disso, somos orientados a buscar, como mais importante, o conjunto de estratégias que nos possibilitam identificar a referenciação atribuída no discurso, e não apenas as correspondências lexicais encontradas no texto. Desse modo, a anáfora não pode mais ser tomada sob o aspecto referencial apenas, pois nem sempre o referente está cotextualmente explícito. Conforme Apothéoz (2003), observar esse mecanismo lingüístico simplesmente como um processo de retomada de um antecedente é profundamente problemático, já que há casos em que a expressão anafórica é um nome que explora na sua identificação referencial também os atributos que lhe foram dados e nos quais interferem conhecimentos de mundo e inferências necessárias à sua interpretação, como é o caso das anáforas associativas, por exemplo.

As *nominalizações*, tipo de coesão lexical definida por Apothéoz (apud Koch, p.7) como “uma operação discursiva que consiste em referir por meio de um sintagma nominal um processo ou estado significado de uma proposição que, anteriormente, não tinha o estatuto de entidade”, são referidas por Francis (1995) como **rotulações**.

Segundo Rocha (1998, p. 81),

A função de rotulação está relacionada com a necessidade que tem o homem de dar nome às coisas, às ações, aos lugares, etc. Está ligada à pragmática, à cultura, à História, à tecnologia, enfim, ao mundo que nos cerca. São exemplos de rotulação: malufar, tancredar, carreatar, bondeata, sambódromo, celulódromo, doleiro, sacoleiro, superfaturamento, mega-estrela, secretária-eletrônica, antena parabólica, etc.

<sup>1</sup> Professora e Coordenadora do Curso de Letras da FACCAT – Faculdades de Taquara-RS. lianemuller@faccat.br

<sup>2</sup> Professora do Curso de Letras da FACCAT – Faculdades de Taquara-RS. vera\_winter@yahoo.com.br

Entretanto, de acordo com Francis (Op. cit.), aqui o rótulo não será abordado sob essa perspectiva, não se referindo a um item específico mas a uma extensão de texto, constituindo-se, portanto, num procedimento de coesão interfrasal. Cabe destacar, ainda, que, nessa retomada, expressa-se também o ponto de vista do autor sobre a informação, ou seja, o leitor é informado como o escritor interpreta aquele trecho rotulado.

Esse autor identifica dois tipos de rótulos: os *prospectivos* (de funcionamento catafórico) e os *retrospectivos* (de funcionamento anafórico), os quais encerram, na maioria das vezes, força argumentativa, orientando o interlocutor no sentido de determinadas conclusões. Segundo Francis (id. p. 192), a principal característica do rótulo é a sua lexicalização em seu cotexto, *é um elemento nominal inerentemente não-específico cujo significado específico no discurso necessita ser precisamente decifrado*.

Para averiguação desses conceitos, utilizaremos como *corpus* textos relativos aos períodos anterior e posterior às eleições presidenciais brasileiras de 2006, da revista VEJA, do jornal Extra Classe<sup>3</sup> e da Folha de São Paulo, fazendo, inicialmente, algumas considerações sobre esses veículos de comunicação. Embora os meios de comunicação tenham por objetivo a imparcialidade na informação, é senso comum que tanto a VEJA como o jornal Extra Classe têm manifestado abertamente a sua posição político-partidária. Sobre a primeira, Luis Nassif (apud Weissheimer, Extra Classe, 2006, p. 22) argumenta que:

No começo do ano passado, alguns colunistas – não oriundos da imprensa propriamente dita – intelectuais e pessoas do *showbiz*, basicamente o (Arnaldo) Jabor e o Jô (Soares) começaram uma crítica mais pesada ao Lula e ao PT. Essa crítica, em um determinado momento, resvalou para uma posição de intolerância e teve eco na classe média. Quando teve eco, aconteceu algo que, para mim, é o mais inacreditável que eu já vi em mais de 30 anos de jornalismo: a VEJA entrou na parada e começou a usar aquele estilo escabroso. Foi inédito em termos de grande imprensa e em suicídio eleitoral. Agora, aquele estilo acabou batendo aqui, em São Paulo, em alguns círculos do Rio de Janeiro, induzindo a mídia a apostar na queda do Lula. Quando não conseguiu derrubar Lula, a mídia enlouqueceu. Então todos os jornais caminhavam na mesma direção. Isso não existe. Todo mundo endoidou.

Dessa forma, pretende-se deixar claro, ainda, que o *corpus* a ser analisado restringir-se-á a textos midiáticos, sobretudo os de opinião, que têm por assunto a política.

No que se refere a esse gênero, segundo Charaudeau (2006, p. 289), as mídias, numa postura quase obsessiva, tendem a privilegiar alguns assuntos e a ocultar outros, numa postura excessivamente emocional, transformando causas “[...] em fantasias de ameaça e os responsáveis, em malévolos perseguidores do mundo.” Cita como exemplo a França, onde as questões da violência e da insegurança serviram para encobrir a questão do balanço que a equipe de Lionel Jospin queria fazer prevalecer. No caso do Brasil, na campanha presidencial de 2006, a corrupção no governo petista serviu para esse fim: “Apesar de todo desgaste político sofrido durante a crise do “mensalão” e do bombardeio midiático incessante a que foi submetido o governo Lula [...]” (Extra Classe, p.24). Conforme Marilena Chauí (Extra Classe, p.5), tais denúncias têm a finalidade de impedir a verdadeira discussão política, “[...] pois substitui-se com o simulacro da denúncia, a discussão política de fundo.” É essa também a opinião do articulista André Petry (VEJA, 25/10/2006, p.75) quando diz que o escândalo do dossiê foi o que melhor pôde acontecer a Alckmin<sup>4</sup> em sua campanha no segundo turno, já que, além de “refrescar a memória do eleitorado sobre o alcance do banditismo petista”, substitui-lhe esclarecer suas propostas concretas de governo.

Ainda, segundo Charaudeau (ib., p. 290.), é comum os jornalistas se apossarem “com voracidade” de pequenas frases, descontextualizando-as e imprimindo-lhes uma nova significação. A filósofa Marilena Chauí, em entrevista concedida à Extra Classe, em 25/10/2006, confirma essa teoria: “[...] de um lado, havia uma decisão por parte dos proprietários das grandes mídias de deformar tudo que fosse dito. Tudo que era dito era sucedido ou precedido por um comentário deformado. Ou a própria apresentação, no caso de entrevistas, por exemplo, já era descontextualizada, contendo cortes na fala.”<sup>5</sup>

<sup>3</sup> Extra Classe é uma publicação mensal do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul, Sinpro/RS, filiado à CUT e CONTEE.

<sup>4</sup> Geraldo Alckmin foi o adversário de Lula nas eleições presidenciais de 2006.

<sup>5</sup> Chauí revela aqui os motivos que a levaram a não falar mais através dos meios de comunicação, os quais, segundo ela, agiram de forma “bárbara, terrorista e destrutiva” caracterizando o que ficou conhecido como “O silêncio dos Intelectuais”.

Nos recortes abaixo, analisaremos como essas características, tanto discursivas como lingüísticas, se manifestam no discurso. Primeiramente observaremos os textos da Veja; a seguir, os da Extra Classe e os da Folha de São Paulo.

- (1) Volta e meia surgem notícias de que empresas privadas bancam agradáveis viagens de juízes (acompanhados pelas esposas) a belos resorts com o objetivo de participar de um daqueles seminários em que se debate pouco e se diverte muito. Pelo visto ainda não será desta vez que terá fim *a farra* que não raro tem lugar em hotéis fora do Brasil. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) chegou a se movimentar para tentar regulamentar *esses eventos*. Pelo menos um conselheiro já mandou memorando sobre *o tema* para a presidente do STF. Mas Ellen já deu sinais de que é contra a abertura *dessa pertinente discussão*. (VEJA, 20/09/2006, p.39)
- (2) No último dia 6, em um comício na Bahia, o presidente declarou que seu adversário nas eleições, Geraldo Alckmin, pretendia privatizar a Petrobrás, os Correios, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Mesmo tendo sido desmentido pelo tucano, o candidato do PT e sua equipe continuaram a alardear *a falsa informação*, numa operação de terrorismo eleitoral que já havia incluído a difusão de outras mentiras: a de que o tucano extingiria o Bolsa Família, acabaria com a Zona Franca de Manaus e demitiria funcionários públicos. [...] *A nova tática eleitoral do PT* tem militantes como o marqueteiro João Santana, a ex-prefeita Marta Suplicy e o ex-ministro e deputado federal eleito pelo PSB Ciro Gomes. (VEJA, 18/10/2006, p. 58)
- (3) O publicitário Duda Mendonça, quando disse à CPI dos Correios que foi obrigado a abrir sua primeira conta no exterior para receber 10 milhões de reais do valerioduto, contou *duas mentiras* à platéia. A primeira já foi desmascarada: Duda é um veterano de contas no exterior. Tinha pelo menos cinco, conforme se descobriu. A segunda mentira é que, supostamente decepcionado com a falta de assepsia na política, não voltaria a trabalhar com marketing eleitoral. (VEJA, 31/05/2006, p.54)
- (4) Com o objetivo de explicar aos leitores a extensão do avanço do populismo na América Latina, O jornalista Diego Schelp, 30 anos, editor de assuntos internacionais da VEJA, viajou ao México, onde, no próximo dia 2 de julho, os eleitores vão escolher um novo presidente para substituir o atual, Vicente Fox. [...] Schelp, porém, voltou do México portando *uma boa notícia*. O país que Fox entregará a seu sucessor, a exemplo do Brasil, parece ter ultrapassado uma linha de racionalidade que impede os governantes de se lançar em aventuras políticas e econômicas. (VEJA, 31/05/2006, p.9)

Enquanto o rótulo prospectivo possibilita ao leitor o que esperar na seqüência textual, o retrospectivo não se refere a nenhum grupo nominal particular, não é, conforme Francis (op.cit.), um sinônimo ou repetição de nenhum elemento precedente. Ao retomar uma certa extensão do discurso, ele orienta o leitor como a mesma deverá ser interpretada, interpretação que servirá de base para o desenvolvimento do argumento subsequente.

Observemos que em (1) o rótulo retrospectivo *a farra* diz ao leitor como encarar essas viagens dos juízes de que nos fala o texto. Esta caracterização já havia sido antecipada através da crítica sobre os resultados desses seminários, *em que se debate pouco e se diverte muito*, havendo, pois, um alinhamento entre as orações precedentes e o que segue, buscando atingir o objetivo de denunciar *esses eventos*. Completando o caminho lógico-argumentativo, a mobilização do rótulo *essa pertinente discussão*, que retoma a discussão sobre *o tema*, *esses eventos*, *a farra*, ou seja, as viagens de juízes a belos resorts, bancadas por empresas privadas, reitera, sobretudo através do adjetivo que compõe o grupo nominal, a imoralidade dessas viagens e a necessidade de se discutir sobre elas.

Observemos ainda que os nomes nucleares dos rótulos retrospectivos, como afirma Francis (idem), são *nomes gerais* – substantivos como *assunto*, *movimento*, *discussão*, *tema*, *problema* – quase sempre precedidos de um dêitico específico – *este*, *aquele*, *esse*, *tal* – embora possam ter outros modificadores e qualificadores também. Assim, conforme Halliday e Hassan (apud Francis, ibid) os rótulos retrospectivos não retomam o referente como um valor nominal, mas transformado num fato ou num relato. Desse modo, esse tipo de rótulo *refere e nomeia uma extensão do discurso, alinhando-a com o argumento que está sendo desenvolvido, e que agora continua em termos do que foi apresentado como “fato”*.

No exemplo (2) confirma-se o caráter argumentativo que visa a orientar o leitor no sentido de determinada conclusão. Com o rótulo *a falsa informação*, o locutor resume e encapsula o que foi dito antes: a declaração do presidente de que Alckmin pretendia privatizar a Petrobrás, os Correios, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil – e que pretende que seja considerada dessa maneira, denunciando uma tática que está sendo adotada pelo PT para prejudicar seus adversários, o que está em perfeito alinhamento com o que segue, expresso através do rótulo *a nova tática eleitoral do PT*.

Já em (3) e (4), encontramos rótulos prospectivos, que antecipam a informação que seguirá, bem como organizam esse conteúdo. Desse modo, *duas mentiras*, em (3), já orienta o leitor sobre como deverão ser encaradas as justificativas de Duda Mendonça à CPI dos Correios; ao mesmo tempo, organiza o discurso, já que as orações que substitui são plenamente compatíveis com a semântica desse rótulo: são duas as justificativas dadas pelo publicitário, e são mentirosas porque “a primeira já foi desmascarada”, e a segunda também, uma vez que, conforme segue na notícia, “Duda Mendonça está atuando em diversas campanhas de candidatos do PT”.

Em (4), *uma boa notícia* antecipa igualmente a interpretação que deve ser dada pelo interlocutor ao fato de o México, assim como o Brasil, ver seus governantes mais responsáveis, menos aventureiros, tanto política como economicamente.

Conforme Francis (idem), os rótulos prospectivos podem expressar também outras metafunções, como a interpessoal. Ao selecionar *mentiras* como núcleo do grupo nominal a substituir as orações subseqüentes, o locutor faz uma avaliação negativa do conteúdo dessas orações, assim como a escolha do adjetivo *boa*, em *uma boa notícia* (exemplo 4), enquanto modificador, também é avaliativo, predispondo o leitor a encarar positiva ou negativamente os fatos apresentados.

- (5) O favoritismo do presidente Luis Inácio Lula da Silva para vencer a eleição no primeiro turno acabou atingido seriamente por *dois episódios polêmicos*: o caso do dossiê Vedoim-Serra com a divulgação das fotos do dinheiro que deveria ser usado para a compra do mesmo e a ausência do presidente no debate da Rede Globo. A gigantesca exploração midiática destes dois episódios tirou o primeiro turno de Lula. (Extra Classe, n.1, 2006, p.7)
- (6) A pesquisa Datafolha publicada hoje é uma vitória para a campanha reeleitoral do presidente Lula [...] Um detalhe relevante a ser dito é que os votos dados para a ultra-esquerdista Heloísa Helena (PSOL) continua migrando mais para Alckmin do que para Lula. [...] As tevês usaram as cenas (imagens do dinheiro destinado ao pagamento do dossiê encomendado por um grupo de petistas) de maneira escancarada por vários dias. [...] Também é imprevisível a reação dos petistas expulsos ontem do partido, acusados de trambicagens no “dossiegate”. Sem contar que o partido torrou Ricardo Berzoini, que até outro dia sonhava ser presidente da Câmara. Todos *esses fios desencapados* impedem previsões para o desfecho do processo. (Folha de São Paulo, 07/10/2006, p.2).
- (7) O fim da ditadura e o colapso do nacional-desenvolvimentismo, fenômenos mais ou menos contemporâneos, jogaram o PMDB num vazio existencial. Sem adversário (o regime militar) e sem bandeiras (o Estado “peemedebista” havia caducado), o partido foi ocupado e loteado por caciques regionais – alguns deles remanescentes do velho patrimonialismo, outros neopredadores em ascensão, mas todos figuras que fazem da política sinônimo de negócio para a preservação ou ampliação de seus domínios. *É essa estrutura de poder feudalizada* que torna decorativa a função do presidente nacional do PMDB. [...] (Folha de São Paulo, 09/10/2006, p.2).
- (8) O PTB e PL são provas vivas da pré-história da democracia brasileira. Rejeitados nas urnas, esses partidos vão mandar como nunca no ano que vem. Para desgraça das instituições, tudo será maquinado dentro da lei. [...] O PTB pulou de meros dois minutos semestrais na tevê e dois minutos no rádio para expressivos 3.360 minutos. [...] Jefferson foi cassado. Admitiu ter manipulado ilegalmente milhões de reais [...] mas comandará 23 deputados federais, o tempo de TV da sigla e o dinheiro público que sua agremiação receberá do fundo partidário – mais de R\$10 milhões. *Caso ainda mais esdrúxulo* é o de Valdemar Costa Neto, do PL. Admitiu ter recebido dinheiro sujo [...] foi eleito novamente deputado federal e manda na sua sigla. (Folha de São Paulo, 18/10/2006, p.2).

Os recortes (5), (6), (7) e (8) são mais alguns exemplos de rótulos prospectivos (5) e retrospectivos (os demais). Winter (apud Cabral, 1998, p.78) distingue três tipos de vocabulário: o que engloba os subordinadores, o que engloba os conectores e o que engloba as palavras consideradas palavras de conteúdo, pró-formas que têm *de ser referenciadas pelo texto ou pelo conhecimento partilhado entre emissor e receptor*. Em (5), o elemento central do rótulo é o substantivo **episódios**, usado para referir especificamente dois fatos que, segundo o locutor, influenciaram a decisão da eleição presidencial ainda no primeiro turno. O emprego do adjetivo **polêmicos** traz uma avaliação sobre esses fatos. Polêmicos por quê? Porque geram discussão entre os eleitores ou por que sua veracidade – especialmente a do primeiro – ainda não foi comprovada? Essa última interpretação ganha força quando observamos o emprego do futuro do pretérito **seria**, possibilitando uma dupla interpretação: ou o dinheiro era, de fato, destinado a esse fim e não pôde ser entregue, ou não se tem ainda certeza de que era para isso. Como se sabe, segundo Charaudeau (op.cit), a mídia vive de acusações precipitadas, responsabilizando, precocemente, alguns cidadãos por alguns escândalos (há uma CPI ainda investigando o envolvimento ou não dos acusados), através das quais mantém a polêmica – o que é de seu interesse, o que é comprovado no próprio excerto, já que declara que a exploração midiática desses episódios foi gigantesca, tanto que eliminou Lula no primeiro turno.

Falamos há pouco que essas pró-formas têm de ser referenciadas pelo texto ou pelo conhecimento partilhado entre locutor e interlocutor. Observemos que em (6) essa comunhão destina-se principalmente à imagem e conhecimento que ambos têm sobre os perigos de um **fio desencapado**, rótulo que no recorte retoma todos os perigos que poderão prejudicar o desempenho do candidato petista no segundo turno.

Também em (7), temos, primeiramente, uma caracterização da situação – a do PMDB – para, posteriormente, fazer uma avaliação do que foi explicado antes, o que caracteriza, segundo Francis (id., p.215) as funções ideacional e interpessoal do rótulo. A primeira se caracteriza no momento em que indica a situação como uma *estrutura de poder*; a segunda, quando avalia essa estrutura como *feudalista*. Para a perfeita compreensão dessa expressão anafórica, é necessário que essas funções sejam identificadas pelo interlocutor, que ele tenha conhecimento em que consiste tal estrutura, ou seja, estrutura em que há um senhor, proprietário da terra, a qual é concedida a seus vassalos, em troca de obrigações de fidelidade mútua. Observe-se que o vocabulário empregado confirma essa definição quando fala que “o partido foi loteado e ocupado por caciques regionais [...] que fazem da política negócio para a preservação ou ampliação de seus domínios.” Desse modo, o partido tem uma avaliação negativa por parte do articulista, já que relaciona senhores feudais e caciques com os peemedebistas, os quais se valem da legenda para fazer da política um negócio de preservação ou ampliação dos seus domínios.

Cabe ainda nos referirmos aos modificadores textuais, que, segundo Francis (ibid. p. 221) “[...] são aqueles que contribuem diretamente para o papel organizacional dos rótulos: eles ajudam a ordenar mensagens relacionadas umas às outras e indicam as relações entre elas.” Para ele, entretanto, são os modificadores que concentram a maior força do papel organizacional. Em (8), o rótulo tanto funciona anafórica quanto cataforicamente, ou seja, é retrospectivo porque categoriza como *casos esdrúxulos* os que foram apresentados; prospectivo porque conceitua da mesma maneira o que virá a seguir. Além disso, o uso do modificador *ainda mais* estabelece uma relação de comparação entre os casos: os primeiros ocupam uma posição inferior numa escala de esdrúxulo a mais esdrúxulo, enquanto que o que vem depois do rótulo ocupa um lugar superior nessa escala.

## Conclusão

Tendo como suporte na sala de aula, para o trabalho de leitura, jornais e revistas de grande circulação no país, consideramos pertinente buscar nesses meios de comunicação o corpus, para confirmar as nossas hipóteses de que o processo coesivo, especialmente o da rotulação, pode ser uma eficiente estratégia de leitura a ser cultivada no ensino escolar, já que o seu reconhecimento proporcionará ao aluno uma melhor apreensão das estratégias argumentativas empregadas pelo produtor do texto.

Partimos do pressuposto de que esse discurso, especialmente o que tem por tema a política nacional, contempla esse mecanismo lingüístico, e sua força argumentativa vai depender do locutor e do meio em que foi veiculado, ou seja, os rótulos empregados no texto vão indicar a posição defendida sobre determinada informação ali exposta. Embora este estudo careça de um maior aprofundamento, tornou-se claro que a VEJA, por exemplo, no rápido apanhado que aqui fizemos, mostra-se bastante crítica em relação à atual política do PT. Já o jornal Extra Classe, defende uma posição contrária. Isso deve ser ensinado ao aluno observar, para que ele possa ter a perfeita compreensão do ponto aonde o enunciador pretende nos levar.

Observando, nos recortes selecionados, os rótulos em suas funções ideacional, interpessoal e textual, confirma-se que, além de funcionarem como elementos coesivos, organizando o texto estruturalmente, caracterizam e avaliam as informações ali expostas.

Cumpra lembrar ainda que tais mecanismos podem ser encontrados em outros tipos textuais, como, por exemplo, o expositivo, cabendo ao professor levá-los em conta na hora de preparar suas atividades de leitura, observando, na manifestação lingüística, as estratégias argumentativas que estão inseridas nela.

### Referências bibliográficas

APOTHHELOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. CAVALCANTE, Mônica Magalhães et. al. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Clássicos da Lingüística, v. 1)

CABRAL, Loni Grimm. Conhecimento do léxico e a compreensão em leitura. In: CABRAL, Loni Grimm; GORSKI, Edair. **Lingüística e ensino**: reflexões para a prática pedagógica da língua materna. Florianópolis: Insular, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. CAVALCANTE, Mônica Magalhães et. al. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Clássicos da Lingüística, v. 1)

KOCH, Ingedore G. V. **Referentes ou objetos-de-discurso?** (IEL-UNICAMP) (Comunicação apresentada na Anpoll, Gramado, jul. 2002) Polígrafo.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

### Lista de textos utilizados

CABRAL, Otávio. Ele está em todas. **Veja**, São Paulo: Abril, 31 maio. 2006, p. 75

FRAGA, César. Entrevista com Marilena Chauí. **Extra Classe**, Porto Alegre: SINPRO, ano 11, n. 108, nov. 2006, p. 4-6.

JARDIM, Lauro. Judiciário - As viagens continuam. **Veja**, São Paulo: Abril, 20 set. 2006, p. 39 (Seção Radar)

O TERRORISMO do PT. **Veja**, São Paulo: Abril, 18 out. 2006, p. 58

PETRY, André. O cheque em branco. **Veja**, São Paulo: Abril, 25 out. 2006, p. 75

RODRIGUES, Fernando. Onda estancada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 out. 2006, p. A2.

\_\_\_\_\_. O “sindicato” está de volta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 out. 2006, p. 2

SILVA, Fernando de Barros e. Partido da negaça. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 out. 2006, p. A2.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. PT x PSDB: uma guerra nacional e regional. **Extra Classe**, Porto Alegre: SINPRO, ano 11, n. 107, out. 2006, p. 7

\_\_\_\_\_. A mídia arranhada. **Extra Classe**, Porto Alegre: SINPRO, ano 11, n. 108, nov. 2006.

\_\_\_\_\_. Um novo espaço para o debate político. **Extra Classe**, Porto Alegre: SINPRO, ano 11, n. 108, nov. 2006, p. 21 – 22.